ENSAIO

Onde está Pedro

Uma reflexão sobre a Tradição, a obediência e a unidade ferida

ELIAS ANDRADE · 2 DE JULHO DE 2026 · 11 MIN DE LEITURA

Ontem, 1º de julho, recebi com tristeza a notícia da sagração de quatro novos bispos pela Fraternidade Sacerdotal São Pio X, realizada sem mandato pontifício e apesar do apelo público do Papa Leão XIV, que dias antes suplicara, com a mansidão própria de Pedro: Não façam isto. Tentemos viver a comunhão da Igreja. Não escrevo estas linhas movido pela satisfação de apontar erros — Deus me livre de tal miséria —, mas pela dor de ver novamente ferida aquela unidade pela qual o próprio Cristo rezou na véspera de sua Paixão: que todos sejam um (Jo 17,21).

Devo começar por uma confissão. Sempre nutri profunda admiração pela riqueza da Tradição da Igreja. Caminhei, por algum tempo, em ambientes tradicionalistas, e compreendo por dentro — não como estranho — o desejo sincero de guardar o tesouro recebido dos nossos pais na fé. Conheci ali pessoas de rara piedade, apaixonadas por Cristo, para quem a beleza da liturgia e o rigor da doutrina não eram poses, mas amor. Também compreendo a inquietação diante das confusões e ambiguidades que, em certos momentos do período pós-conciliar, feriram muitas almas. Nada disto é desprezível; muito disto é santo. Não é a inquietação que está em causa. É o remédio.

Pois a experiência, e depois o estudo, ensinaram-me uma verdade que hoje me parece evidente: não existe verdadeira Tradição sem comunhão com o Sucessor de Pedro. E isto não é uma opinião minha. Quando, em 1988, Dom Marcel Lefebvre consagrou quatro bispos contra a vontade expressa do Papa, São João Paulo II diagnosticou a raiz daquele gesto com uma precisão que atravessa as décadas: nele se manifestava, escreveu na Ecclesia Dei, uma noção incompleta e contraditória da Tradição — incompleta, sobretudo, porque não levava suficientemente em conta o caráter vivo da Tradição. Trinta e oito anos depois, os mesmos dois bispos daquele ato — os únicos ainda vivos — impuseram as mãos sobre novos consagrandos, no mesmo campo, na mesma data. A história não se repetiu por acaso. Repetiu-se porque o erro sobre a natureza da Tradição permaneceu o mesmo.

Que é, então, a Tradição? Aqui é preciso uma distinção que dissolve quase toda a confusão. O Catecismo ensina (§ 83) a diferença entre a Tradição apostólica — o depósito da fé confiado

por Cristo aos Apóstolos, que permanece imutável — e as tradições teológicas, disciplinares, litúrgicas e devocionais que nasceram no tempo e que a Igreja, à luz da Tradição maior, pode conservar, aprofundar ou modificar. Confundir uma tradição com a Tradição — tomar uma forma histórica, por venerável que seja, pela própria substância da fé — é o erro que se disfarça de fidelidade. A Tradição não é aquilo que cada geração decide conservar segundo o seu gosto. É aquilo que Cristo confiou aos Apóstolos, que os Apóstolos confiaram aos seus sucessores, e que permanece guardado, ao longo dos séculos, em comunhão com o Sucessor de Pedro.

O Concílio Vaticano II, na Dei Verbum (§ 8), diz que essa Tradição progride na Igreja, e cita uma frase luminosa de São Gregório Magno: as divinas palavras crescem com quem as lê. A Igreja, portanto, não vive de rupturas, mas — na expressão feliz de Bento XVI — de uma hermenêutica da reforma, da renovação na continuidade. A Tradição não é um museu; é um organismo vivo. E aquilo que está vivo permanece o mesmo, dizia o Cardeal Newman, justamente porque continua crescendo: viver é mudar, e ser perfeito é ter mudado muitas vezes.

Recordo, para tornar isto palpável, uma imagem simples.

Existem três tipos de jardineiro diante de uma árvore.

A árvore muda conforme as estações. As folhas envelhecem, caem, dão lugar a outras. Sua identidade, porém, permanece intacta: a raiz é a mesma, o tronco é o mesmo, a seiva é a mesma. Assim é a Igreja. Durante dois mil anos mudaram idiomas, culturas, formas legítimas de evangelização e de expressão litúrgica, métodos pastorais e desafios históricos — e permaneceu inalterado o depósito confiado pelos Apóstolos. Em linguagem filosófica: os acidentes mudam; a substância permanece. Foi assim que Santo Tomás explicou o próprio desenvolvimento dos artigos da fé: a verdade revelada é sempre a mesma, mas foi conhecida com crescente explicitação ao longo do tempo.

O primeiro jardineiro acredita conservar a árvore colando novamente as folhas secas aos galhos. Ama tanto uma estação que impede a árvore de viver. É a tentação de confundir a Tradição com a imobilidade, como se o Espírito Santo tivesse deixado de conduzir a Igreja depois de um determinado momento da história. É tomar o acidente pela substância.

O segundo jardineiro representa o extremo oposto. Ao ver as folhas caindo, conclui que a árvore inteira fracassou e precisa ser refeita segundo o espírito do tempo. É a tentação que aparece quando certas correntes deixam de anunciar a salvação em Cristo para reduzir a missão da Igreja a categorias meramente políticas — algo que o próprio Ratzinger, como guardião da doutrina, distinguiu com cuidado, condenando o uso de chaves ideológicas de leitura sem jamais negar o dever de amar concretamente os pobres. É a tentação, mais funda, que Bento

XVI chamou de ditadura do relativismo: quando já não se reconhece uma verdade objetiva, e a Revelação, em vez de julgar o mundo, passa a ser julgada por ele. É perder a substância no fluxo dos acidentes.

Esse mesmo espírito de ruptura marcou momentos dramáticos da história. Penso em Lutero. Bento XVI, num convento agostiniano em Erfurt, teve a coragem e a caridade de reconhecer a pergunta religiosa autêntica que atormentava aquele monge — como encontrar um Deus misericordioso? Não branqueio, porém, o desfecho: diante de problemas reais, escolheu-se a ruptura da comunhão em vez da perseverança na unidade, e o remédio revelou-se, com o tempo, mais dilacerante que a doença. Uma pergunta verdadeira não justifica uma resposta que rasga a túnica de Cristo.

Mas existe um terceiro jardineiro. Ele ama a árvore, e não apenas uma de suas estações. Ama a raiz, o tronco, os frutos — e aceita até o inverno, porque sabe que Deus continua a conduzir a vida da árvore mesmo quando tudo parece diferente. Ele não é um moderado que fatia a diferença entre dois erros; a virtude nunca é mediocridade. Ele ama o todo vivo, e por isso sabe distinguir o meio do fim. As formas litúrgicas e disciplinares são meios preciosos, ordenados a um fim: a união com Cristo e a salvação das almas. Absolutizar o meio, a ponto de sacrificar por ele a comunhão, é inverter a ordem das coisas — é servir-se do dom contra o Doador.

Penso em Maria Madalena diante do sepulcro (Jo 20). Ela chorava porque cria ter perdido Jesus. E, no entanto, Cristo estava ali, diante dela, mais vivo do que nunca; apenas se manifestava de um modo que ela ainda não sabia reconhecer. Quantas vezes também nós corremos o risco de procurar o Senhor apenas nas formas a que nos acostumamos, esquecendo que Ele continua vivo e conduz a sua Igreja?

Penso, sobretudo, em Francisco de Assis. Seu desejo era reformar a Igreja. Quando encontrou resistência, não fundou uma comunidade paralela nem se colocou acima da autoridade constituída por Cristo. Obedeceu. Voltou. Esperou. Buscou e obteve a confirmação de sua missão junto ao Papa — e dessa obediência nasceu uma das maiores renovações espirituais da história. Aqui é preciso ser exato, porque o argumento decisivo se decide neste ponto. Santo Tomás ensina que a obediência é uma grande virtude, mas que tem um limite claro: não se deve obedecer a um superior naquilo que é contra Deus. Alguém dirá, pois: é este o nosso caso. Mas não é. O Papa não ordena pecado algum. Não declarou ilegítima a liturgia antiga; a disputa, como observou com clareza um cardeal que ninguém acusaria de leniência, não é sobre a Missa, mas sobre a autoridade. Não se está diante de um mandamento pecaminoso a que se deva resistir. O que se recusa não é um erro imposto — é a comunhão em si mesma. E para isso não há estado de necessidade que valha: a própria Sé Apostólica já afirmou, depois de 1988,

que nenhuma alegação de necessidade autoriza consagrar bispos contra a vontade expressa do Romano Pontífice. O episcopado é a plenitude da Ordem dentro do colégio apostólico, e esse colégio, por direito divino, existe sempre com Pedro e sob Pedro (Lumen Gentium, 22). Tocar nele contra a vontade de Pedro é ferir a própria constituição que Cristo deu à sua Igreja — por mais nobre que seja a intenção.

É por isso que não consigo enxergar naquele ato uma vitória da Tradição. Vejo uma ferida na comunhão. E aqui recorro à mais instrutiva das analogias, aquela que um cardeal expressamente evocou nestes dias: o antigo cisma donatista. Os donatistas possuíam sacramentos válidos. Santo Agostinho não o negava. Mas ensinou, contra eles, que a validade separada da unidade e da caridade se torna estéril — que se pode ter a forma verdadeira do sacramento e, contudo, permanecer fora do amor que faz a Igreja ser Igreja. Santo Tomás precisa a distinção: o cisma é um pecado contra a caridade, isto é, contra a unidade, distinto da heresia, que é contra a fé. Nisto está a tragédia mais silenciosa: pode-se professar retamente a fé e, ao mesmo tempo, ferir gravemente a comunhão. A ortodoxia das palavras não sana a ruptura do vínculo.

Devo, porém, ser justo, e a justiça pede uma distinção que a caridade impõe. As consequências canônicas graves recaem, antes de tudo, sobre os que consagraram e sobre os que foram consagrados. Não sobre os muitos fiéis que, atraídos pela beleza do rito e por vezes feridos por experiências reais, frequentam aquelas capelas sem intenção alguma de romper com o Papa. Recorde-se que, em 2009, Bento XVI remitiu as excomunhões de 1988, e que o Papa Francisco reconheceu a validade das confissões e dos matrimônios celebrados por aqueles sacerdotes. A situação de tantas almas simples é ambígua e dolorosa, e não me atrevo a julgá-las. Rezo por elas, e com elas.

E rezo também por mim, porque a tentação de que aqui falo não é apenas dos outros. Nosso Senhor advertiu sobre os cegos que guiam cegos, e chamou de sepulcros caiados aqueles cuja aparência religiosa escondia um coração distante de Deus. Seria fácil, e injusto, atirar essas palavras contra um grupo. Prefiro voltá-las contra o espelho. A beleza da liturgia, a modéstia exterior, o conhecimento teológico são dons preciosos — mas tornam-se estéreis, em qualquer um de nós, quando deixam de ser sustentados pela humildade e degeneram em suspeita constante, orgulho espiritual e desconfiança sistemática da Igreja. Quando a defesa da tradição já não produz paz, mansidão e comunhão, algo essencial do Evangelho se perdeu — e isso vale para o tradicionalista e para o progressista, para ti e para mim.

Talvez a maior tentação do nosso tempo seja imaginar que nos cabe salvar a Igreja. Não nos cabe. E aqui toco o ponto que, curiosamente, é hoje o mais contestado por aqueles de quem falo. A Igreja não é uma obra nossa, que devêssemos socorrer com as nossas próprias forças,

ainda que fosse contra Pedro. Nós não a construímos: nós a recebemos. Ela nos precede, como o corpo precede o membro, como a mãe precede o filho. Não somos nós que sustentamos a Igreja; é Cristo quem a sustenta, e é a Igreja que nos gera à fé, e não o contrário. Salvá-la contra Pedro seria, no fim, perder exatamente aquilo que se quis salvar — pois a comunhão com Pedro não é um acessório da Igreja, mas parte de sua própria forma. A nós cabe apenas permanecer nela com fidelidade, humildade e esperança. É a esperança de que fala Bento XVI: aquela que não repousa sobre a nossa capacidade de consertar tudo, mas sobre o Senhor que não abandona a sua esposa.

Rezo, portanto, para que Deus conceda conversão aos que se afastaram da plena comunhão, prudência e paternidade aos Pastores, e humildade a todos nós — para que jamais confundamos as nossas preferências, sejam elas tradicionais ou progressistas, com a vontade de Deus.

Ao fim da vida, não seremos julgados pela forma litúrgica que preferíamos, nem pela corrente eclesial a que pertencíamos. Seremos julgados pela fidelidade com que permanecemos unidos a Cristo, à sua Igreja e à cátedra de Pedro.

> Ubi Petrus, ibi Ecclesia.

Elias Sales de Freitas — 2 de julho de 2026